

R037 Santa Maria
Empreendimentos e
Participações S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2024**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações dos resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 12º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da R037 Santa Maria Empreendimentos e Participações S.A. São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da R037 Santa Maria Empreendimentos e Participações S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da R037 Santa Maria Empreendimentos e Participações S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis para as pequenas e médias empresas.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis para as pequenas e médias empresas e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a

administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 20 de março de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP-027685/O-0 F SP



Camila Coelho Querodia

Contadora CRC 1SP294059/O-8

R037 Santa Maria Empreendimentos e Participações S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2024	2023	Passivo	Nota	2024	2023
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	7.684	8.582	Fornecedores		95	67
Contas a receber de clientes	5	5.274	5.062	Impostos e contribuições a recolher		579	556
Contratos de mútuos a receber	7	415	-	Cessão de direito de uso a apropriar	8	253	242
Impostos a recuperar		<u>13</u>	<u>1</u>	Retenções Contratuais de fornecedores	9	128	130
				Valores a pagar para sócios	10	<u>5.000</u>	<u>6.000</u>
		<u>13.386</u>	<u>13.645</u>			<u>6.055</u>	<u>6.995</u>
Não circulante				Não circulante			
Estoque de imóvel a comercializar	6	<u>114.436</u>	<u>122.317</u>	Cessão de direito de uso a apropriar	8	1.680	3.913
				Provisão para contingências	15	14	14
		<u>114.436</u>	<u>122.317</u>	Tributos diferidos		<u>486</u>	<u>132</u>
						<u>2.180</u>	<u>4.059</u>
Total do ativo		<u><u>127.822</u></u>	<u><u>135.962</u></u>	Patrimônio líquido			
				Capital social	10	141.116	146.116
				Prejuízos acumulados		<u>(21.529)</u>	<u>(21.208)</u>
						<u>119.587</u>	<u>124.908</u>
				Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>127.822</u></u>	<u><u>135.962</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

R037 Santa Maria Empreendimentos e Participações S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota	2024	2023
Receita líquida	11	17.321	16.156
Lucro bruto		17.321	16.156
Receitas (Despesas) operacionais			
Administrativas	12	(5.984)	(5.948)
Tributárias		(5)	(5)
Comerciais	13	(441)	(531)
Reversão (Constituição) de provisão para perdas de crédito esperadas	5	463	(408)
(Provisão) Reversão de redução ao valor realizável	6	(10.068)	4.818
Lucro antes do resultado financeiro		<u>1.286</u>	<u>14.082</u>
Resultado financeiro			
Despesas financeiras		(6)	(39)
Receitas financeiras		<u>581</u>	<u>785</u>
		<u>575</u>	<u>746</u>
Lucro do exercício antes do imposto de renda e contribuição social		<u>1.861</u>	<u>14.828</u>
Imposto corrente	14	(1.917)	(1.901)
Imposto diferido	14	<u>(265)</u>	<u>(120)</u>
(Prejuízo) Lucro do exercício		<u><u>(321)</u></u>	<u><u>12.807</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

R037 Santa Maria Empreendimentos e Participações S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	2024	2023
(Prejuízo) Lucro do exercício	<u>(321)</u>	<u>12.807</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u><u>(321)</u></u>	<u><u>12.807</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

R037 Santa Maria Empreendimentos e Participações S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

		Capital Social	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2022	10	<u>154.116</u>	<u>(34.015)</u>	<u>120.101</u>
Redução de capital		(8.000)	-	(8.000)
Lucro do exercício			12.807	12.807
Saldos em 31 de dezembro de 2023	10	<u>146.116</u>	<u>(21.208)</u>	<u>124.908</u>
Redução de capital		(5.000)	-	(5.000)
Prejuízo do exercício			(321)	(321)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	10	<u>141.116</u>	<u>(21.529)</u>	<u>119.587</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

R037 Santa Maria Empreendimentos e Participações S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro do exercício antes do imposto de renda e contribuição social	1.861	14.828
(Provisão) Reversão de redução ao valor realizável	10.068	(4.818)
Provisão para contingência	-	7
Reversão (Constituição) de provisão para perdas de crédito esperadas	(463)	408
Cessão de direito de uso a apropriar	(2.222)	(244)
Impostos diferidos	89	40
Perdas com mutuos	-	493
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber de clientes	251	(1.265)
Estoque de imóvel a comercializar	(2.187)	(960)
Impostos a recuperar	(12)	8
Contratos de mutuos a receber	(415)	67
Outros créditos	-	40
Fornecedores	28	(228)
Retenções Contratuais de fornecedores	(2)	(1)
Outros passivos	-	(3)
Impostos pagos	(1.894)	(1.818)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>5.102</u>	<u>6.554</u>
Redução de capital	<u>(6.000)</u>	<u>(2.000)</u>
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	<u>(6.000)</u>	<u>(2.000)</u>
(Redução) Aumento de caixa e equivalentes de caixa	<u>(898)</u>	<u>4.554</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	<u>8.582</u>	<u>4.028</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>7.684</u>	<u>8.582</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A R037 Santa Maria Empreendimentos e Participações S.A. (“Companhia”), com sede na Rua Funchal, 418 - 27º andar, sala 56, São Paulo - SP, sendo constituída em 22 de junho de 2012 como uma sociedade por cotas de responsabilidade limitada, com a denominação de VBI Real Estate 16 Empreendimentos e Participações Ltda. Em 29 de outubro de 2013, a Companhia alterou a denominação para R037 Santa Maria Empreendimentos e Participações Ltda e em 12 de dezembro de 2013, a Companhia foi transformada em sociedade anônima.

A Companhia possui como objeto social a estruturação, desenvolvimento, construção e venda do empreendimento imobiliário localizado na cidade de Santa Maria, estado do Rio Grande do Sul, a prestação de serviços de administração do empreendimento e de aluguel de espaços locáveis, a incorporação imobiliária, bem como a compra, venda, locação e administração de bens próprios em geral, que compõem o empreendimento.

Atualmente, a Companhia opera um Shopping Center na cidade de Santa Maria - RS, com 167 lojas comercializadas representando 88,4% da ABL (2023: 89%). O empreendimento possui terreno com área de 123.873m² (2023: 123.873m²), sendo 33.487m² (2023: 33.970m²) de área construída e 22.798 m² de ABL (2023: 22.798 m²). A conclusão das obras ocorreu durante o exercício de 2017 e a inauguração do Shopping ocorreu em setembro de 2017.

Serão realizadas todas as medidas necessárias para aumentar o valor de mercado do ativo, como a comercialização de contratos de locação, visto que o investidor (Fundo) tem por intenção a venda do empreendimento no curso ordinário do negócio, haja vista que o propósito do Fundo é o de desenvolver projetos que proporcionem o retorno esperado ao investidor com devolução do capital investido dentro de um prazo estimado.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

A Companhia adotou a NBC TG1000, a qual foi aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, por meio das resoluções nº 1.255/09, nº 1285/10 e nº 1.319/10. Essa Norma foi elaborada pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), por meio do CPC PME (R1) - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas.

As demonstrações financeiras foram elaboradas no curso normal dos negócios. A Administração efetuou uma avaliação da capacidade da Companhia em dar continuidade às suas atividades e não identificou dúvidas da capacidade operacional.

A Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das demonstrações financeiras em 20 de março de 2025, considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que tiveram efeito sobre estas demonstrações financeiras.

3 Resumo das políticas contábeis materiais adotadas na elaboração destas demonstrações financeiras

a. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção as aplicações financeiras, que foram mensuradas pelo valor justo por meio do resultado.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de Real foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas dos CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e utilize premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras, envolvendo risco de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro são:

Provisão para perdas de crédito esperadas

A provisão para perdas de crédito esperadas é calculada com base nas perdas avaliadas como prováveis de perdas na realização das contas a receber. As despesas com a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa foram registradas na rubrica “Constituição de provisão para perdas de crédito esperadas” na demonstração do resultado.

Redução do valor recuperável de estoque de imóvel a comercializar

A Companhia avalia o estoque de imóvel a comercializar pelo menor valor entre o custo e o preço de venda estimado diminuído dos custos para completar a produção e despesas de venda.

Provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e outros

A Companhia está sujeita no curso normal dos negócios a investigações, auditorias, processos judiciais e procedimentos administrativos em matérias cível, tributária, trabalhista, ambiental e societária, dentre outras. Dependendo do objeto das investigações, processos judiciais ou procedimentos administrativos que sejam movidas contra a Companhia, poderão ser adversamente afetados, independentemente do respectivo resultado.

A Companhia é periodicamente fiscalizada por diferentes autoridades, incluindo fiscais, trabalhistas, previdenciárias e ambientais. Não é possível garantir que essas autoridades não autuarão a Companhia, nem que essas infrações não se converterão em processos administrativos e, posteriormente, em processos judiciais, tampouco o resultado tanto dos eventuais processos administrativos ou judiciais.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância

no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

d. Resultado

As receitas, custos e despesas são registrados seguindo o regime da competência.

Arrendamento mercantil operacional

A receita de locação, estacionamento e cessão de direito de uso, são reconhecidas em função do momento em que os serviços são prestados, de acordo com o regime de competência.

Incentivos de arrendamento concedidos são reconhecidos como parte integral da receita total de aluguéis, pelo método de arrendamento.

Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, reconhecidas no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros pagos de impostos, de fornecedores e despesas bancárias.

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada dos instrumentos financeiros ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira e a despesa de juros é incluída na rubrica de despesa financeira, na demonstração do resultado.

e. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras pós-fixadas resgatáveis a qualquer momento, com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado e sem penalidades.

f. Estoque de imóvel a comercializar

Demonstrados ao custo de aquisição, acrescidos dos custos incorridos de construção e dos encargos provenientes de obrigações contraídas para sua aquisição.

O valor contábil do estoque do empreendimento é classificado na rubrica de “Estoque de imóvel a comercializar” no ativo não circulante, uma vez que a expectativa de comercialização do empreendimento é após doze meses da data das demonstrações financeiras.

g. Redução ao valor recuperável/realizável (impairment)

Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda

teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Ativos não financeiros

O valor contábil do Estoque de imóvel a comercializar é revisto a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

De acordo com o CPC aplicável às pequenas e médias empresas (PME) a entidade avalia estoques pelo menor valor entre o custo e o preço de venda estimado diminuído dos custos para completar a produção e despesas de venda.

h. Imposto de renda e contribuição social

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos e são reconhecidos no resultado. O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

Regime do Lucro Presumido

A Companhia é optante pelo regime de lucro presumido por regime caixa. Este regime é aplicável as sociedades cujo faturamento anual do exercício imediatamente anterior tenha sido inferior a R\$ 78.000. Nesse contexto, a base de cálculo do imposto de renda e a contribuição social são calculadas à razão 32% referente à receita for proveniente de aluguéis e 100% quando for proveniente de receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares dos respectivos impostos e contribuição.

Imposto Diferido

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

O reconhecimento dos impostos diferidos sobre diferenças temporárias tem origem da diferença entre as receitas descritas no tópico anterior não liquidadas financeiramente até a data base da elaboração das demonstrações financeiras.

i. Instrumentos financeiros

A Companhia reconhece um ativo ou um passivo financeiro somente quando tornar-se parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia somente possui instrumentos financeiros básicos, os quais são mensurados em conformidade com a Seção 11 do Pronunciamento Contábil aplicável a pequenas e médias empresas. No reconhecimento inicial, os ativos e passivos financeiros são mensurados pelo custo da operação. Após o reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros são mensurados ao custo amortizado, com base na taxa efetiva de juros, deduzidos de perda por redução ao valor recuperável, se aplicável.

Instrumentos financeiros não derivativos incluem contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar e outras dívidas.

j. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens e serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

k. Cessão de direito de uso

Os valores de cessão de direitos de uso são contabilizados como receitas diferidas, no passivo, no momento de sua assinatura, sendo apropriado ao resultado de forma linear, com base no prazo do contrato de aluguel das respectivas lojas a que se referem, a partir do início da locação.

l. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros sejam gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2024	2023
Depósitos bancários	175	182
Aplicações financeiras (a)	7.509	8.400
	7.684	8.582

- (a) As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras referem-se substancialmente a Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), Operações Compromissadas e Fundos, remuneradas as taxas que variam de 75% a 100% (2023 - de 75% a 109%) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

5 Contas a receber de clientes

	2024	2023
Clientes de aluguel a receber	7.073	7.325
Provisão para perdas de crédito esperadas de aluguéis	(1.799)	(2.263)
Cessão de direito de uso a receber (CDU)	1.203	1.203
Provisão para perdas de crédito esperadas de CDU	(1.203)	(1.203)
	5.274	5.062

As contas a receber de clientes são substancialmente representadas por aluguéis a receber em decorrência da locação das lojas do Shopping Santa Maria. Os contratos de locação são atualizados anualmente pelo IPCA e são divididos, na maioria dos casos, entre aluguéis fixos e variáveis.

A Administração possui saldo de provisão para perdas de crédito esperadas no valor de R\$ 3.002 (2023: R\$ 3.466), para o saldo de aluguéis a receber e cessão de direito de uso a receber. O impacto no resultado do exercício foi uma reversão de R\$ 463 (2023: constituição de R\$ 408).

Em 2022, a Companhia revisou a política de provisão para perdas de crédito esperadas, de forma a estudar a carteira de inadimplentes e histórico dos clientes. De acordo com o estudo, foi constituída provisão para perdas de crédito esperadas seguindo os percentuais abaixo:

Política de provisão para perdas de crédito esperadas:

Adimplentes:	5%
Vencidos de 0 a 30 dias:	25%
Vencidos acima de 30 dias:	100%

Uma vez que se trata de mudança de estimativa contábil, o efeito da mudança foi reconhecido pela Companhia de maneira prospectiva, ou seja, a partir do exercício de 2022, momento no qual houve a alteração.

Durante o exercício de 2023, a política foi atualizada para incluir o passo adicional abaixo:

Para o clientes inadimplentes de qualquer faixa que tiveram recebimentos no mês de dezembro a provisão dos percentuais da tabela descrita nesta política se limitará apenas as parcelas inadimplentes do cliente, ou seja, para os clientes que não tiveram recebimentos no mês de dezembro os percentuais serão aplicados no saldo total a receber (vencidos e a vencer), devido à ausência de expectativa de recebimento do valor.

(i) Compromissos de arrendamento mercantil operacional

A Companhia realizou contratos de arrendamento de suas propriedades. Esses arrendamentos apresentam prazos remanescentes com duração entre cinco e dez anos. Todos os arrendamentos contemplam uma cláusula para possibilitar a revisão dos valores dos aluguéis, de acordo com as condições de mercado.

Os aluguéis mínimos futuros a receber, de acordo com os arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis em 31 de dezembro de 2024 e 2023, são demonstrados abaixo. Os aluguéis variáveis, que representam a parcela mais significativa do fluxo de recebimentos, não foram incluídos abaixo em decorrência da impossibilidade de sua mensuração.

	2024	2023
Dentro de um ano	10.683	9.155
Após um ano, mas menos de três anos	18.571	18.216
Mais de três anos (a)	19.668	1.399
	48.921	28.770

(a) O aumento apresentado se deve as renovações de contrato ocorridas no exercício.

6 Estoque de imóvel a comercializar

	2024	2023
Terrenos (a)	13.269	13.269
Custos de construção (b)	138.288	136.100
Redução ao valor realizável líquido (c)	(37.121)	(27.052)
Total	114.436	122.317

- a) Aquisição de terreno no valor de R\$ 13.269 ocorreu em abril de 2014 para o desenvolvimento do Shopping Santa Maria. O imóvel, com área total é de 123.873 m², é uma fração de terras situado no bairro Patronato, na cidade de Santa Maria - RS.
- b) Referem-se a custos incorridos para o desenvolvimento do Shopping Center. Durante o exercício de 2024 e 2023 houve o pagamento de custos com allowance, para melhorias internas em algumas lojas.
- c) A Companhia avaliou a recuperabilidade de seu estoque de imóvel a comercializar por meio da mensuração do valor de mercado pelo avaliador externo, apurado por meio do método do Fluxo de caixa descontado.

A Companhia reconheceu no resultado do exercício a provisão ao valor realizável líquido do Estoque de imóvel a comercializar, no valor de R\$ 10.068 (2023 - reversão de R\$ 4.818).

Em 2024 e 2023, foi contratada as empresas Binswanger Brazil e CBRE Consultoria do Brasil Ltda., respectivamente, para avaliação externa do valor de mercado do estoque de imóvel a comercializar. A avaliação foi baseada na análise das qualificações físicas do projeto e das informações identificadas no mercado.

Para a avaliação do fluxo de caixa descontado, foi considerado em 2024 e 2023 o período de 10 anos, utilizando a taxa de desconto de 11% a.a. (2023: 10,75% a.a.) e taxa de perpetuidade de 10,50% a.a. (2023: 8,50% a.a.).

7 Contratos de mútuos a receber

Em 8 de fevereiro de 2024, a Companhia firmou contrato de mútuo com o Shopping Praça Nova Santa Maria, exclusivamente para a finalidade de pagamento de garantia contratual em favor da Enel Trading Brasil S.A. (“Enel”),

Data do contrato	Mutuário	2024					Valor Atualizado	Prazo
		Valor	Liberação	Receita financeira	IOF	Amortização		
08/02/2024	Shopping Praça Nova Santa Maria	359	359	50	6	-	415	(a)
							415	
Circulante							415	
Não circulante							-	

- (a) O Montante devido será devolvido pela Mutuária à Mutuante no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas após a restituição do valor da garantia feita pela Enel à Mutuária, conforme os termos do Contrato CV Energia. A restituição corresponderá ao valor mutuado, acrescido dos rendimentos gerados durante o período de 12 meses, contado a partir da assinatura do contrato, ou seja, fevereiro de 2025.

Em 19 de abril de 2017, a Companhia firmou contratos de mútuos com lojistas do Shopping, com o intuito de incentivar no desenvolvimento do shopping. Os contratos foram renegociados, a fim de ajustar os vencimentos com condições mais favoráveis para os lojistas.

No final do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia reconheceu uma perda do saldo a receber do contrato com a Fit Sul, em decorrência da existência de um acordo de perdão da dívida e quitação do saldo, conforme descrito na nota (a).

Data do contrato	Mutuário	2023							Valor Atualizado	Prazo
		Valor	Saldo anterior	Receita financeira	IOF	Amortização	Perda			
19/04/2017	Fit Sul	400	560	57	5	(129)	(493)	-	(b)	

(b) 48 parcelas com primeiro vencimento 07/05/2018. Em 2020 devido a pandemia o Shopping realizou uma renegociação geral com os lojistas e os valores das dívidas dos locatários foram postergados para o pagamento a partir de abril de 2021. Durante os exercícios de 2023 e 2022, os pagamentos ocorreram mensalmente, porém em 20 de julho de 2023 ocorreu o pagamento da última parcela do mútuo e as partes firmaram um acordo de perdão da dívida, através de termo de quitação assinado em 31 de janeiro de 2024, neste contexto a Administração entendeu que o saldo não era recuperável e afetou a baixa para o resultado no exercício de 2023.

8 Cessão de direito de uso a apropriar

O valor de cessão de direitos de uso a apropriar refere-se aos contratos de luvas comercializados, que são apropriados ao resultado conforme prazo do contrato. O saldo a apropriar, em 31 de dezembro de 2024 era de R\$ 1.933 (2023: R\$ 4.155).

A Companhia reconhece a receita decorrente dos contratos de cessão de direitos de uso linearmente no resultado. O reconhecimento da receita não é realizado para lojistas inadimplentes há mais de 90 dias, bem como é constituída provisão para perdas de crédito esperadas de CDU (veja nota 5).

9 Retenções contratuais de fornecedores

As retenções contratuais decorrem da construção da obra. As retenções ainda não foram pagas pois a Companhia está verificando todas as exigências feitas com relação a obra. O saldo apresentado em 2024 é de R\$ 128 (2023: R\$ 130).

10 Patrimônio líquido

Capital social

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social está composto por 141.115.899 (2023 – 146.115.899) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, totalmente integralizadas, no montante de R\$ 141.116 (2023 – R\$ 146.116).

Em 1º de janeiro de 2023 deliberou-se a redução de capital da Companhia, de R\$ 154.116 para R\$ 152.116, mediante o cancelamento de 2.000.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de titularidade do acionista BREFOP FIP, totalizando R\$ 2.000 pagos durante o exercício de 2023.

Em 23 de outubro de 2023 deliberou-se a redução de capital da Companhia, de R\$ 154.116 para R\$ 146.116, mediante o cancelamento de 6.000.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de titularidade do acionista BREFOP FIP, totalizando R\$ 6.000 que foram pagos em 29 de janeiro de 2024.

Em 30 de outubro de 2024 deliberou-se a redução de capital da Companhia, de R\$ 146.116 para R\$ 141.116, mediante o cancelamento de 5.000.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de titularidade do acionista BREFOP FIP, totalizando R\$ 5.000 que ainda serão pagos à acionista, contabilizados na rubrica de “Valores a pagar para sócios”.

Composição acionária

A composição acionária da Companhia em dezembro de 2024 e 2023 está composta conforme quadro abaixo:

Acionista	2024		2023	
	Ações	Participação	Ações	Participação
BREFOP FIP	141.115.899	100%	146.115.899	100%
Total	141.115.899	100%	146.115.899	100%

Destinação do resultado

O lucro apurado, deduzido de imposto de renda e contribuição social e após a absorção dos prejuízos acumulados, terá a seguinte destinação:

- (a) 5% (cinco por cento) para constituição de reserva legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social; a reserva legal poderá deixar de ser constituída no exercício em que seu saldo, acrescido do montante de reservas, exceder de 30% (trinta por cento) do capital social;
- (b) 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido serão destinados aos acionistas a título de dividendos;
- (c) O saldo ficará à disposição de Assembleia Geral para decisão de sua destinação.

Não houve distribuição de lucros nos exercícios de 2024 e 2023, uma vez que houve prejuízo em 2024 e lucro do exercício de 2023 foi utilizado na absorção dos prejuízos acumulados da Companhia.

11 Receita líquida

	2024	2023
Receita de locação	12.669	13.099
Receita de apropriação de cessão de direito de uso (CDU)	2.222	243
Receita de estacionamento	3.101	3.410
Deduções da receita	(671)	(596)
Total	17.321	16.156

12 Despesas administrativas

	2024	2023
Viagens	(36)	(18)
Honorários advocatícios	(92)	(171)
Informática	(12)	(9)
Contabilidade	(121)	(106)
Consultoria e assessoria	(201)	(213)
Serviços profissionais	(985)	(126)
Condomínio	(3.812)	(4.675)
Outras despesas administrativas	(725)	(630)
Total	(5.984)	(5.948)

13 Despesas comerciais

As despesas com vendas referem-se a gastos com propaganda e marketing na divulgação do shopping.

	2024	2023
Publicidade e propaganda	-	(1)
Comissões	(441)	(530)
Total	(441)	(531)

14 Imposto de renda e contribuição social

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a conciliação das despesas de imposto de renda e contribuição social com os valores calculados pela aplicação das alíquotas fiscais é demonstrada como se segue:

	2024			
	Corrente		Diferidos	
	Imposto de renda	Contribuição Social	Imposto de renda	Contribuição Social
Recebimentos de locação	16.022	16.022	2.435	2.435
Presunção (32%)	5.127	5.127	779	779
Receitas financeiras:	581	581		
Base de cálculo	5.708	5.708	779	779
Alíquota de imposto de renda e contribuição social	15%	9%	15%	9%
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(856)	(514)	(117)	(70)
Adicional de imposto de renda (10%)	(547)	-	(78)	-
Imposto de renda e contribuição social	(1.403)	(514)	(195)	(70)

	2023			
	Corrente		Diferidos	
	Imposto de renda	Contribuição Social	Imposto de renda	Contribuição Social
Recebimentos de locação	15.244	15.244	1.100	1.100
Presunção (32%)	4.878	4.878	352	352
Receitas financeiras:	785	785		
Base de cálculo	5.663	5.663	352	352
Alíquota de imposto de renda e contribuição social	15%	9%	15%	9%
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(849)	(510)	(53)	(32)
Adicional de imposto de renda (10%)	(542)	-	(35)	-
Imposto de renda e contribuição social	(1.391)	(510)	(88)	(32)

O imposto diferido é reconhecido com base nas diferenças temporárias em decorrência do regime de caixa para pagamento de aluguel e regime de competência para reconhecimento da receita. O imposto será realizado quando houver reconhecimento da receita de CDU do shopping, que é apropriada conforme prazo dos contratos.

15 Contingências

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia possuía provisão para demandas judiciais, no valor de R\$ 14.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Companhia não possuía ações envolvendo riscos de perda que a Administração, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, classificasse como possíveis.

16 Seguros

A Companhia possui seguro contratado para Responsabilidade Civil e de Riscos Nomeados ou Operacionais com o limite de indenização de R\$ 15.000 e de R\$ 173.813, respectivamente.

17 Eventos subsequentes

Em 13 de janeiro de 2024, a empresa liquidou a obrigação referente a redução de capital, com o pagamento ao acionista Breof FIP, no valor de R\$ 5.000, que estavam contabilizadas na rubrica “valores a pagar para sócios”.

* * *

Rodrigo Lacombe Abbud
Diretor

Rodrigo Ávila Sarti
Diretor

Rodrigo Borges Silva
CPF nº 117.814.488-76
CRC nº 1SP190442/O-1
Contador